



EDITAL

PROCESSO SELETIVO PROVA OBJETIVA ONLINE

Edital CPSRJ2 nº 04/2023 - REPUBLICAÇÃO

O Presidente da Comissão de realização do Processo Seletivo da segunda turma do Programa de Residência Judicial do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, no uso das atribuições conferidas pela Portaria TJRR/PR nº 840,

Resolve:

1. Tornar público, nos termos dos itens 4, 5, 6 e 8 do Edital nº 06/2023 - Presidência, o Gabarito Definitivo da Prova Objetiva Online Padrão e o Resultado definitivo da Primeira Etapa.

1.1. O Gabarito Definitivo da Prova Objetiva Online Padrão (Anexo I deste Edital) é constituído de todas as questões da Prova aplicada, com a respectiva alternativa correta, após análise e resposta aos recursos interpostos.

1.2. As respostas aos recursos contra o gabarito preliminar da Prova Objetiva Online poderão ser solicitadas pelos recorrentes por meio do endereço eletrônico inovajurr@tjrr.jus.br.

2. O Resultado Definitivo (Anexo II deste Edital), extraído do ambiente virtual de realização do certame (<https://npi.tjrr.jus.br/ava>).

2.1. Ficam os aprovados na Primeira Etapa do Processo de Seleção (Anexo II deste Edital) convocados para a Prova Objetiva Presencial, a ser realizada no dia 25/06/2023 na Sede Administrativa Luiz Rosalvo Indrisuak Fin, sito à Av. Cap. Ene Garcez, 1696 - 4º Andar, bairro São Francisco, com início às 9 (nove) horas e 30 (trinta) minutos, fuso horário Manaus (GMT-04:00).

2.2. Persistindo as incorreções feitas no cadastro/inscrição em relação ao nome completo, o candidato deverá acessar o site descrito no subitem acima e fazer as devidas correções até o dia 23/06/2023, de modo que o nome completo, conforme documento de identidade a ser apresentado, seja evidenciado no cadastro/inscrição.

3. Os casos omissos serão processados nos termos do item 9.2 do Edital 06/2023 - Presidência.

4. Publique-se.

Juiz de Direito Rodrigo Delgado
Presidente da Comissão

ANEXO I
GABARITO DEFINITIVO - PROVA PADRÃO

1. Direito Civil - DC - Analise a seguinte situação hipotética: Em certa ocasião, as enchentes que assolaram a região do Vale do Itajaí em Santa Catarina duraram vinte dias e dificultaram a circulação de produtos alimentícios e, conseqüentemente, reduziram o abastecimento nos mercados de mantimentos. Nessa época, uma padaria anunciou a venda de pão francês a R\$ 80,00 reais o quilograma, ou seja, mais de dez vezes o valor praticado em tempos de normalidade. Considerando as disposições do Código Civil, o negócio jurídico que envolvesse a compra e venda de tais pães padeceria de:

QUESTÃO ANULADA

2. Direito Civil - DC - Assinale a alternativa correta sobre os contratos de compra e venda.

C) Anula-se a venda de ascendente a descendente, salvo se os outros descendentes e o cônjuge do alienante expressamente consentirem. Engloba-se nessa regra qualquer relação na linha reta. A anuência de netos e bisnetos será exigível apenas quando tiverem interesse sucessório direto. Desse modo, os netos devem consentir com a venda de um imóvel pelo avô ao seu tio se o pai já faleceu. Se os filhos estiverem vivos, os netos não serão chamados. ✓

3. Direito Civil - DC - Considerando a atual jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta sobre o tema “condomínio edilício”.

A) É possível a penhora de bem de família de condômino, na proporção de sua fração ideal, se inexistente patrimônio próprio do condomínio para responder por dívida oriunda de danos a terceiros. ✓

4. Direito Civil - DC - Dispõe o Código Civil: “Art. 406. Quando os juros moratórios não forem convencionados, ou o forem sem taxa estipulada, ou quando provierem de determinação da lei, serão fixados segundo a taxa que estiver em vigor para a mora do pagamento de impostos devidos à Fazenda Nacional”. Segundo a Jurisprudência do Superior Tribunal de Justiça, a taxa dos juros moratórios a que se refere o referido dispositivo, art. 406 do CC/2002, é:

C) a SELIC (Sistema Especial de Liquidação e Custódia). ✓

5. Direito Civil - DC - Mantidas as regras sobre a impenhorabilidade do imóvel residencial instituído como bem de família, de acordo com o Código Civil, é correto afirmar que referido bem é isento de execução

A) por dívidas posteriores à sua instituição, salvo as que provierem de tributos relativos ao prédio, ou despesas de condomínio. ✓

6. Direito Civil - DC - O bem de família instituído pelos cônjuges ou pela entidade familiar poderá consistir
QUESTÃO ANULADA

7. Direito Civil - DC - Quanto aos direitos do possuidor de boa-fé, assinale a assertiva correta.

QUESTÃO ANULADA

8. Direito Civil - DC - Sobre a responsabilidade civil, segundo o entendimento dominante e atual do Superior Tribunal de Justiça, assinale a alternativa correta.

B) A indenização é medida pela extensão do dano, mas havendo excessiva desproporção entre a gravidade da culpa e o prejuízo causado, pode haver a redução equitativa do montante indenizatório. Em outras palavras, a redução equitativa da indenização prevista no Código Civil tem caráter excepcional e somente será realizada quando a amplitude do dano extrapolar os efeitos razoavelmente imputáveis à conduta do agente. ✓

9. Direito Civil - DC - Sobre os direitos da personalidade é incorreto afirmar:
QUESTÃO ANULADA

10. Direito Civil - DC - Supondo que uma relação obrigacional tenha sido validamente constituída e que, diante da insolvência do devedor, o credor tenha aceitado receber prestação diversa da que lhe era devida, é correto afirmar que o vínculo obrigacional foi extinto pelo instituto da

D) dação em pagamento. ✓

11. Direito Processual Civil - DPC - Acerca dos poderes, dos deveres e da responsabilidade do juiz, assinale a alternativa correta.

B) O juiz não se exime de decidir sob a alegação de lacuna ou obscuridade do ordenamento jurídico. ✓

12. Direito Processual Civil - DPC - À luz do que estabelece o Código de Processo Civil sobre a capacidade processual,

B) os Municípios serão representados em juízo, ativa e passivamente, pelo Prefeito, procurador, ou Associação de Representação de Municípios, quando expressamente autorizada. ✓

13. Direito Processual Civil - DPC - Assinale a alternativa correta.

A) Cabe ao réu manifestar-se precisamente sobre os fatos narrados na petição inicial, e, se não o fizer, como regra geral presumir-se-ão verdadeiros os fatos não impugnados. ✓

14. Direito Processual Civil - DPC - Assinale a opção correta relativa ao direito processual civil brasileiro.
QUESTÃO ANULADA

15. Direito Processual Civil - DPC - Considerando a interpretação dos Tribunais Superiores em relação à eficácia subjetiva dos efeitos de sentenças proferidas em ações coletivas ou em ações civis públicas, assinale a alternativa INCORRETA:

A) A sentença civil fará coisa julgada erga omnes exclusivamente nos limites da competência territorial do órgão prolator, exceto se o pedido for julgado improcedente por insuficiência de provas, hipótese em que qualquer legitimado poderá intentar outra ação com idêntico fundamento, valendo-se de nova prova. ✓

16. Direito Processual Civil - DPC - O autor residente fora do Brasil ficará dispensado de prestar caução suficiente ao pagamento de custas e honorários:

C) quando houver dispensa prevista em acordo internacional vigente no Brasil. ✓

17. Direito Processual Civil - DPC - O princípio do juiz natural garante que

C) a fixação do órgão jurisdicional competente para o julgamento de determinada demanda se dê a partir de regras objetivas previamente estabelecidas. ✓

18. Direito Processual Civil - DPC - O pronunciamento judicial que não resolve o mérito não obsta que a parte proponha de novo a ação, ressalvando-se apenas ser necessário comprovar o pagamento ou o depósito das custas e dos honorários de advogado. Sobre a sentença terminativa, indique a alternativa correta que englobe apenas casos que a propositura da nova ação dependa da correção do vício que levou à sentença de extinção sem resolução do mérito.

B) Indeferimento da petição inicial, ausência de pressupostos de constituição e de desenvolvimento regular do processo e ausência de legitimidade ou de interesse processual. ✓

19. Direito Processual Civil - DPC - Sobre a jurisdição é CORRETO afirmar que:

B) seu escopo social é a pacificação mediante a eliminação dos conflitos. ✓

20. Direito Processual Civil - DPC - Sobre honorários advocatícios, afigura-se INCORRETO afirmar:

A) eles serão proporcionalmente distribuídos e compensados entre os litigantes se cada qual for parcialmente vencido. ✓

21. Direito Penal - DP - “A” desejando matar seus desafetos, e sabedor de que iriam fazer uma viagem, no mesmo carro, com inequívoco ânimo homicida providenciou para que fosse colocada uma bomba no assoalho do veículo. Em determinado momento, quando já todos se encontravam no interior do carro, “A”, acionou o dispositivo da bomba à distância, e o carro explodiu, e todos os cinco morreram. Com base no enunciado:

D) “A” responderá pelos crimes em concurso formal impróprio, somando-se todas as penas em concurso material. ✓

22. Direito Penal - DP - “A”, filha de japoneses, e nascida no Brasil, resolveu fazer uma viagem ao Japão para comemorar o seu aniversário de 24 anos com seus familiares que ali residiam. Chegando em Tokyo (Japão), alugou um carro e passou a dirigi-lo. Em razão de imprudência, terminou por praticar o crime de homicídio culposo na direção de veículo automotor, fato que também é previsto como crime no Japão. Fugiu para o Brasil para se furtar de responder pelo crime naquele país. Na hipótese:

B) é possível responsabilizá-la criminalmente no Brasil em razão da previsão da extraterritorialidade condicionada; ✓

23. Direito Penal - DP - “A”, policial militar, era useiro e vezeiro em arrumar confusão. Em determinado dia, após discutir com um morador vizinho, verbalizou aos gritos que iria matá-lo. Para tanto disse que buscaria sua arma no interior de sua casa. No retorno encostou o revólver na cabeça da vítima e acionou o gatilho por

seis vezes, sem, contudo, deflagrar os disparos, pois o filho do policial, assistindo a discussão de seu pai, foi até o local onde se encontrava a arma e a desmuniu. Conduzidos todos ao distrito, foi elaborado boletim de ocorrência. Na hipótese:

D) o policial não responderá por crime, pois aplicável a figura do crime impossível. ✓

24. Direito Penal - DP - A prescrição criminal, antes de transitar em julgado a sentença final, começa a correr:

D) nos crimes contra a dignidade sexual ou que envolvam violência contra a criança e o adolescente, previstos neste Código ou em legislação especial, da data em que a vítima completar 18 (dezoito) anos, salvo se a esse tempo já houver sido proposta a ação penal. ✓

25. Direito Penal - DP - Com relação a diversos institutos importantes da parte geral do Código Penal, é certo dizer que:

D) a lei excepcional ou temporária, embora decorrido o período de sua duração ou cessadas as circunstâncias que a determinaram, aplica-se ao fato praticado durante sua vigência. ✓

26. Direito Penal - DP - Com relação à imputabilidade penal, pode-se dizer que:

A) a embriaguez incompleta, proveniente de caso fortuito ou força maior, pode levar a redução da pena em 1/3 (um terço) a 2/3 (dois terços). ✓

27. Direito Penal - DP - Na infração penal prevista no art. 33, §2º, da Lei sob nº 11.343/06 (Induzir, instigar ou auxiliar alguém ao uso indevido de droga: Pena - detenção, de 1 a 3 anos), pode se dizer que:

A) a infração penal comporta suspensão condicional do processo, a ser oferecida pelo Ministério Público se preenchidos os demais requisitos legais; ✓

28. Direito Penal - DP - No âmbito da denominada Lei Maria da Penha (Lei sob nº 11.340/2006), verificada a existência de risco atual ou iminente à vida ou à integridade física ou psicológica da mulher em situação de violência doméstica e familiar, ou de seus dependentes, o agressor poderá ser imediatamente afastado do lar, domicílio ou local de convivência com a ofendida:

B) pelo delegado de polícia, quando o Município não for sede de comarca; ✓

29. Direito Penal - DP - O art. 33, da Lei sob nº 11.343/06 estabelece o tipo penal do tráfico de drogas; “importar, exportar, remeter, preparar, produzir, fabricar, adquirir, vender, expor à venda, oferecer, ter em depósito, transportar, trazer consigo, guardar, prescrever, ministrar, entregar a consumo ou fornecer drogas, ainda que gratuitamente, sem autorização ou em desacordo com determinação legal ou regulamentar.” Para adequação típica do crime, imprescindível identificar o que deve ser compreendido por droga. Na hipótese, estamos diante de:

B) norma penal em branco heterogênea; ✓

30. Direito Penal - DP - O Ministério Público de Roraima ofereceu a “A” proposta de suspensão condicional do processo (art. 89, da Lei sob nº 9.099/95), sendo estabelecido período de prova de 3 anos. A defesa e o réu aceitaram. O juiz homologou. Aponte entre as alternativas, em que situação se permite a revogação

automática do benefício:

D) quando vier a ser processado por outro crime. ✓

31. Direito Processual Penal - DPP - “A” cometeu o crime de homicídio doloso contra o marido na cidade “X”. Levou o corpo até a cidade “Y”, local onde ocultou o cadáver. A polícia judiciária terminou por desvendar o crime a partir de investigações levadas a efeito na cidade “Y”, local, inclusive, onde foi feito o exame cadavérico por perito oficial. Levando conta o enunciado, pode-se dizer com relação a competência para julgamento:

B) ambos os crimes serão julgados na cidade “X”; ✓

32. Direito Processual Penal - DPP - “A” esfaqueou “B”. “B” quase morreu. “A” foi denunciado pela prática do art. 121, “caput”, do Código Penal (homicídio doloso), na forma tentada. A materialidade restou demonstrada. O réu é inimputável em razão de doença mental, fato constatado por perito oficial. No interrogatório judicial, “A” disse ao juiz que esfaqueou a vítima por conta de sua doença mental. Sustentou tese única. O juiz deverá, no caso:

A) absolver sumariamente e impor medida de segurança; ✓

33. Direito Processual Penal - DPP - “A” foi processado pelo crime de bigamia (art. 235, do Código Penal), porque nos termos da acusação, teria contraído, sendo casado, novo casamento. Na resposta à acusação, o réu apresentou uma série de documentos, causando sérias dúvidas sobre a existência da infração penal. Nesse caso, diante de séria dúvida sobre o estado civil de pessoa, e configurada de fato questão prejudicial heterogênea absoluta:

C) o curso da ação penal ficará suspenso até que no juízo cível seja a controvérsia dirimida por sentença passada em julgado, sem prejuízo, entretanto, da inquirição das testemunhas e de outras provas de natureza urgente; ✓

34. Direito Processual Penal - DPP - Após a resposta à acusação, no âmbito do procedimento comum ordinário ou sumário, o juiz tem a possibilidade de absolver sumariamente o réu. Assinale qual alternativa não corresponde hipótese de absolvição sumária:

D) quando estiver provada, de plano, a inimputabilidade em razão de doença mental. ✓

35. Direito Processual Penal - DPP - Com relação a interdependência das instâncias, aponte entre as alternativas abaixo qual contém fundamento de sentença penal absolutória que repercute na esfera do direito civil, impedindo qualquer providência judicial nessa última área:

QUESTÃO ANULADA

36. Direito Processual Penal - DPP - Com relação ao acordo de não persecução penal, introduzido no sistema processual pela Lei sob nº 13.964/2019, denominado de pacote anticrime, pode-se dizer que é cabível:

C) quando o investigado tiver confessado formal e circunstancialmente a prática de infração penal sem violência ou grave ameaça e com pena mínima inferior a 4 (quatro) anos; ✓

37. Direito Processual Penal - DPP - Havendo prisão em flagrante, e não sendo hipótese de concessão de liberdade provisória por parte do delegado de polícia, deverá ser o preso encaminhado ao juiz (24 horas), para que haja deliberação sobre a legalidade e cautelaridade da custódia. Aponte a alternativa em que se identifica decisão sem fundamento na legislação nessa fase procedimental:

D) conversão da prisão em flagrante em preventiva, sem a necessidade de justificar as razões pelas quais as medidas cautelares diversas não são adequadas e suficientes. ✓

38. Direito Processual Penal - DPP - Na hipótese de o réu não ser encontrado para ser citado pessoalmente, será determinada sua citação por edital. Caso não compareça e não constitua advogado, nos termos da lei, o juiz deverá deliberar pelas seguintes providências:

D) suspender o processo e o curso da prescrição, podendo o juiz determinar a produção antecipada das provas consideradas urgentes. ✓

39. Direito Processual Penal - DPP - O Tribunal do Júri, competente para julgamento dos crimes dolosos contra a vida, é formado por:

A) vinte e cinco jurados e um juiz-presidente; ✓

40. Direito Processual Penal - DPP - Vigora no processo penal o princípio da correlação direta entre acusação e a sentença. Havendo violação desse princípio e identificado a incidência de vício processual consistente na mutatio libeli, resta caracterizada(o):

C) nulidade absoluta; ✓

41. Direito Administrativo - DA - A Lei federal n. 14.133, de 1º de abril de 2021, representa a nova lei de licitações e contratos administrativos. Sobre esse diploma normativo, assinale a alternativa INCORRETA:

D) O credenciamento constitui uma modalidade licitatória prevista na lei. ✓

42. Direito Administrativo - DA - As empresas públicas são entidades da Administração indireta que podem explorar atividade econômica ou prestar serviço público, a exemplo da Caixa Econômica Federal. Sobre essa figura, assinale a alternativa CORRETA:

QUESTÃO ANULADA

43. Direito Administrativo - DA - Dispõe o art. 37, §6º, da Constituição Federal: "As pessoas jurídicas de direito público e as de direito privado prestadoras de serviços públicos responderão pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa." De acordo com o entendimento doutrinário e jurisprudencial prevaletes, esse dispositivo, que trata da responsabilidade civil extracontratual do Estado, constitui o fundamento da teoria:

D) do risco administrativo. ✓

44. Direito Administrativo - DA - "(...) impõe que o administrador público não dispense os preceitos éticos que devem estar presentes em sua conduta. Deve não só averiguar os critérios de conveniência, oportunidade e justiça em suas ações, mas também distinguir o que é honesto do que é desonesto." A passagem anterior, extraída da obra de José dos Santos Carvalho Filho (Manual de direito administrativo,

31.ed., 2017, p. 22), descreve o princípio da Administração Pública denominado:

D) moralidade. ✓

45. Direito Administrativo - DA - O Terceiro Setor vem sofrendo um incremento acentuado no País nas últimas décadas, sobretudo em razão das legislações que vêm disciplinando a matéria. Por conta disso, existem diversas entidades que se inserem nessa categoria. Assinale a alternativa que NÃO abrange uma entidade do Terceiro Setor:

B) Consórcios públicos. ✓

46. Direito Administrativo - DA - O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima, por meio de seu órgão de compras, celebrou contrato com a empresa Celulose Ltda., para o fornecimento de material de escritório. Durante a sua execução, verificou-se a inexecução parcial da avença pela contratada, o que motivou a aplicação da pena de multa pelo setor administrativo competente do mesmo Tribunal. A situação descrita refere-se ao exercício de qual poder administrativo?

C) Poder disciplinar. ✓

47. Direito Administrativo - DA - O Tribunal de Justiça do Estado de Roraima pretende vender um imóvel utilizado como setor de arquivamento dos processos judiciais físicos. A fim de proceder a tal alienação, devem ser observados alguns requisitos, entre os quais NÃO se encontra o seguinte:

C) Referendo. ✓

48. Direito Administrativo - DA - Sobre o instituto da extinção dos atos administrativos, assinale a alternativa CORRETA:

A) A anulação tem, como regra, efeito “ex tunc”. ✓

49. Direito Administrativo - DA - Sobre o regime constitucional dos agentes públicos, assinale a alternativa CORRETA:

A) O servidor público titular de cargo efetivo poderá ser readaptado para exercício de cargo cujas atribuições sejam compatíveis com a limitação (física ou mental) que tenha sofrido, observadas algumas condições. ✓

50. Direito Administrativo - DA - Tibério é agente fiscal do Estado de Roraima e foi incluído no polo passivo de ação de improbidade administrativa ajuizada pelo Ministério Público do Estado de Roraima. Imputou-se a ele o cometimento de lesão ao erário, pois teria, culposamente, realizado operações financeiras sem a observância das normas legais (art. 10, VI, da Lei n. 8.429/1992). Sobre a situação hipotética apresentada, nos termos da Lei n. 8.429/1992 (cf. regime instituído pela Lei n. 14.230/2021), julgue a alternativa CORRETA:

C) A ação de improbidade não pode ser julgada procedente, pois somente existe improbidade administrativa dolosa. ✓

51. Direito Constitucional - DCON - A Constituição Federal de 1988 classifica como patrimônio Nacional:

C) Floresta Amazônica brasileira, a Mata Atlântica, a Serra do Mar, o Pantanal mato-grossense e a

Zona Costeira. ✓

52. Direito Constitucional - DCON - Ante a divisão das competências estabelecida pela Constituição Federal é correto afirmar:

D) Cabe exclusivamente ao Congresso Nacional autorizar, em terras indígenas, ouvidas as comunidades afetadas, a exploração e o aproveitamento de recursos hídricos e a pesquisa e lavra de riquezas minerais. ✓

53. Direito Constitucional - DCON - A respeito de um projeto de lei ordinária de iniciativa do Presidente da República é correto afirmar:

B) O projeto de lei deve ser votado inicialmente pela Câmara dos Deputados e depois de aprovado pela casa iniciadora segue para votação pelo Senado Federal. ✓

54. Direito Constitucional - DCON - As pessoas jurídicas de direito público respondem pelos danos que seus agentes, nessa qualidade, causarem a terceiros, assegurado o direito de regresso contra o responsável. A respeito do texto acima, julgue os itens a seguir e ao final assinale quantos são incorretos: I) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de seus agentes é subjetiva. II) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público é objetiva, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. III) A teor do disposto no art. 37, § 6º, da Constituição Federal, a ação por danos causados por agente público deve ser ajuizada contra o Estado ou a pessoa jurídica de direito privado prestadora de serviço público, sendo parte ilegítima para a ação o autor do ato, assegurado o direito de regresso contra o responsável nos casos de dolo ou culpa. IV) A responsabilidade civil das pessoas jurídicas de direito público e de seus agentes é objetiva, podendo o autor da ação de reparação de danos optar por incluir apenas o agente público no polo passivo do processo.

B) 2 ✓

55. Direito Constitucional - DCON - Assinale a alternativa correta:

C) Não viola a Constituição a previsão legal de imposição das sanções administrativas ao condutor de veículo automotor que se recuse à realização dos testes, exames clínicos ou perícias voltados a aferir a influência de álcool ou outra substância psicoativa (art. 165-A e art. 277, §§ 2º e 3º, todos do Código de Trânsito Brasileiro, na redação dada pela Lei 13.281/2016). ✓

56. Direito Constitucional - DCON - Assinale a alternativa correta:

A) A casa é asilo inviolável do indivíduo, ninguém nela podendo penetrar sem consentimento do morador, salvo em caso de flagrante delito ou desastre, ou para prestar socorro, ou, durante o dia, por determinação judicial. ✓

57. Direito Constitucional - DCON - Assinale a alternativa incorreta

B) Os Ministros do Superior Tribunal de Justiça serão nomeados pelo Presidente da República, dentre brasileiros natos com mais de trinta e cinco e menos de setenta anos de idade, de notável saber jurídico e reputação ilibada, depois de aprovada a escolha pela maioria absoluta do Senado Federal. ✓

58. Direito Constitucional - DCON - Assinale a alternativa incorreta:

D) O transgênero não tem direito fundamental subjetivo à alteração de seu prenome e de sua classificação de gênero no registro civil, exigindo-se, para tanto, além da sua manifestação de vontade, prova inequívoca da sua orientação sexual. ✓

59. Direito Constitucional - DCON - O artigo 27 da Constituição Federal estabelece dois critérios de cálculo do número de deputados que comporão as Assembleias Legislativas dos Estados. Se os eleitores de Roraima elegem oito deputados federais, assinale a alternativa correta quanto ao critério de cálculo a ser observado quanto ao número dos deputados estaduais eleitos pelos eleitores deste Estado.

C) Será igual ao que se aplica a Alagoas, que tem nove deputados federais. ✓

60. Direito Constitucional - DCON - O controle abstrato da constitucionalidade é realizado por meio da Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI), da Ação Declaratória de Constitucionalidade (ADC) e da Arguição de Descumprimento de Preceito Fundamental (ADPF). A respeito do texto acima, julgue os itens a seguir e ao final assinale quantos são corretos: I) A ADI e a ADC são ações de natureza dúplice, de forma que a improcedência de uma ADI faz com que se confirme a presunção de constitucionalidade da Lei objeto da ação. II) Cabe ADI junto ao Supremo Tribunal Federal contra lei ou ato normativo federal, estadual ou municipal. III) A ADI pode ter por objeto a declaração da inconstitucionalidade de uma Lei ou ato normativo federal ou estadual anterior ou posterior à CF/1988. IV) Na redação atual da CF/1988 o rol de legitimados ativos de uma ADI é mais amplo do que o rol de legitimados ativos de uma ADC.

A) 1 ✓

61. Legislação Local - LL - Conforme previsão regimental, o Órgão que tem por competência decidir os processos de incapacidade dos magistrados é:

A) o Tribunal Pleno. ✓

62. Legislação Local - LL - Dos itens abaixo, julgue o INCORRETO sobre os órgãos jurisdicionais do Tribunal de Justiça do Estado de Roraima.

B) Corregedoria-Geral de Justiça. ✓

63. Legislação Local - LL - É direito do residente judicial, previsto no Regimento Interno do Programa, cuja garantia se dá apenas durante o módulo R2:

A) seguro contra acidentes pessoais. ✓

64. Legislação Local - LL - Julgue o item CORRETO em relação à função que integra a estrutura do Programa de Residência Judicial no âmbito do Poder Judiciário de Roraima e se caracteriza pela orientação direta das atividades práticas realizadas pelos residentes.

D) Preceptores. ✓

65. Legislação Local - LL - Não está inserido no rol de requisitos para criação de novas Comarcas previsto no Art. 4º da Lei Complementar estadual nº 221/2014 (Novo Código de organização Judiciária do Estado de Roraima) o seguinte item:

**ANEXO II
RESULTADO DEFINITIVO DA PRIMEIRA ETAPA**

| MATRÍCULA | NOME |
|------------------|---------------------------------------|
| 457 | ALCIDES BARROS JÚNIOR |
| 389 | ALCIONE PEDROSA SILVA |
| 501 | ALESSANDRA SILVA E SILVA |
| 550 | AMANDA FEITOSA |
| 506 | ANA ANDRESSA LIRA LIMA |
| 572 | ANA BEATRIZ SILVEIRA PRADO |
| 590 | ANA CAROLINA LIMA GUIVARA |
| 523 | ANA CAROLINA VERAS DOS REIS OLIVEIRA |
| 410 | ANDERSON LUCAS SANTOS DA SILVA |
| 398 | ANDRÉ LUCAS SILVA RODRIGUES |
| 376 | ANDRESSA CARINE AMORIM MARIANO |
| 559 | ANNE KAROLLYNE BEZERRA RAMALHO |
| 488 | ANTONIA LARA DA COSTA MACÊDO |
| 481 | BEATRIZ APARECIDA LOBO RIBEIRO |
| 526 | BIANCA DE SOUZA VOLKMER |
| 538 | BILLY JOHNSON SERRÃO RODRIGUES SANTOS |
| 518 | BRENDA SOUZA COIMBRA E SILVA |
| 552 | CARLOS EDUARDO SILVA DO NASCIMENTO |
| 480 | CLEYZA KETLLEN LEANDRO SANTANA |
| 522 | DANYLLO OLIVEIRA DOS SANTOS |
| 546 | DAVID ADAN SANTA BRÍGIDA PEIXOTO |
| 425 | DAVID HIGOR SALES DE OLIVEIRA |
| 517 | DAYANA LIRA DA SILVA |
| 508 | DIMITRIO DE CASTRO E SILVA |
| 558 | DIOSLEY KIMBERLYM SANTOS DOS SANTOS |
| 530 | DOMINIQUE VITÓRIA LINS DE ARAÚJO |
| 586 | EDUARDA ARAÚJO DE OLIVEIRA |
| 464 | ELLIJANE FILGUEIRA BEZERRA |
| 404 | EMILIA LAURA OLIVEIRA VANZO |
| 465 | EMILY VICTÓRIA SANTOS DO PRADO |
| 408 | ERICA PORTELA |
| 483 | ESTEFANI DE ARAÚJO SILVA |
| 588 | ESTER TAZE SOUSA MOREIRA |
| 406 | FABIANE MELO ALENCAR BESSA |
| 403 | FERNANDA FÉLIX CORDEIRO |
| 474 | FRANCISCO FERNANDES DE SOUSA FILHO |
| 471 | GEOVANNA MYSRAELLEN GOMES SILVA |
| 563 | HELMES DIAS DE REZENDE FILHO |
| 536 | HENRIQUE FRANÇA PEREIRA ÁVILA |
| 447 | JACKELINE MELLO DE OLIVEIRA |
| 486 | JOANNA FERNANDA ARAÚJO MORAES |

| | |
|-----|---|
| 412 | JOÃO RAMOS REBOUÇAS |
| 428 | JOHANA RAINARA FERREIRA BISPO |
| 600 | JOHNNATHAN CORDEIRO DA SILVA |
| 386 | JÔNATAS MAIA LAVOR |
| 606 | JOSE MARIZ DUARTE RIBEIRO JUNIOR |
| 579 | JULIANA FABRÍCIA CORREIA ORIHUELA |
| 577 | KAREN SANTOS DA SILVA |
| 608 | KAREN SUSAN DIAS GUERREIRO |
| 502 | KEROLAHA MOREIRA AYRES SILVA |
| 424 | KESYA GUTIERRE SANTOS OLIVEIRA |
| 543 | KÉTULLYN KAREM RODRIGUES FERREIRA |
| 413 | LARA CECILIA XAVIER LIMA |
| 379 | LAYANA LIMA PIMENTEL DE MATOS VIEIRA |
| 531 | LEOMA FERREIRA FERREIRA |
| 411 | LIARA MARIA DO NASCIMENTO MOURA |
| 505 | LIDIA JOY PANTOJA MOURA |
| 484 | LILLIAN VITÓRIA |
| 591 | LISLAYRA CHAYENNE VELA COELHO |
| 604 | LUANE LOPES SALAZAR |
| 415 | LUCAS DOS SANTOS COSTA E SILVA |
| 453 | LUCAS RODRIGO DA SILVA |
| 469 | MANIELYS CORREIA DE MOURA |
| 468 | MARIA CAROLINA DE OLIVEIRA CAMARGO |
| 513 | MARIA CLARA GOVÊIA DE OLIVEIRA |
| 566 | MARIA CLEIDA PRADO DE AGUIAR |
| 467 | MARIA ODETE SOUZA DA SILVA |
| 587 | MARIANA SOUSA SILVA DE CASTRO |
| 542 | MARLUCIA FIGUEIREDO |
| 460 | MARVIN ROMMEL CÁCERES EDWARDS |
| 524 | MATEUS SOUSA LIMA |
| 570 | MIRLANE SOARES OLIVEIRA |
| 556 | MONIKY GAMA DE LIMA ARRUDA |
| 482 | NÁTHALY JULIANA VIANA MARQUES |
| 432 | NELCILENE PINTO DOS SANTOS |
| 380 | OBERDAN SANTANA DE MELO JUNIOR |
| 533 | PATRICIA LISIANNE MACEDO ALVES |
| 589 | PAULA GABRIELLE MOTA DE MACEDO HASS GONÇALVES |
| 472 | PAULA LUISE SCHIMITZ SILVA |
| 434 | RAFAELA DOS SANTOS SILVA |
| 565 | RAQUEL GONÇALVES |
| 444 | RAYANE BRITO DE ARAÚJO |
| 399 | RAYANNY MENDES PATRÍCIO |
| 511 | RENATO RODRIGUES DE SOUZA |
| 422 | RICK HARLEY SANTOS MESQUITA |

| | |
|-----|--|
| 597 | RÔMULO MANGABEIRA DE OLIVEIRA |
| 431 | SAMUEL DE ASSIS RIBEIRO |
| 510 | SEMELLY LABORDA LIMA |
| 384 | SHERLLON SILVA GUIVARES |
| 527 | SIDILENE GOMES DOS SANTOS |
| 549 | TALYA SILVA BARBOSA |
| 420 | TÂNIA EULINDA DE SOUZA SILVA |
| 395 | THALITA GABRIELA ALVES DA SILVA |
| 462 | THAMELA KARINA OLIVEIRA MOURA DE SOUSA |
| 385 | TUANNY FARIAS MESQUITA CARVALHO |
| 387 | UANNE KELLY FERREIRA CARVALHO |
| 581 | VICTÓRIA SANTOS LORENÇO E SILVA |
| 449 | VIRGINIA THAIS MOTTA DE SOUZA |
| 499 | VITORIA REGIA ROCHA GUIMARAES |
| 520 | WANDERSON DE SOUZA ALVES |
| 493 | WESLEY DIEGO VIEIRA BONFIM |
| 470 | YANNA SOARES DA FONSECA |
| 381 | YARA RAVENNA NASCIMENTO DO ROSÁRIO |



Documento assinado eletronicamente por **RODRIGO BEZERRA DELGADO, Juiz de Direito**, em 15/06/2023, às 17:05, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006. Portaria da Presidência - TJRR nº1650/2016.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjrr.jus.br/autenticidade> informando o código verificador **1682239** e o código CRC **A06D7220**.